



ARGENTINA

Teste crucial para Fernández

Resultado das eleições para a renovação parcial do Congresso vai determinar as condições de governabilidade. Pesquisas indicam novo revés, a exemplo do que ocorreu nas primárias, com perda da maioria no Senado

N um momento socioeconômico dos mais delicados, a Argentina realiza amanhã eleições de meio de mandato para a renovação parcial do Congresso. Os resultados da votação, assinam analistas, terão um impacto crucial no governo do presidente Alberto Fernández, com repercussão direta na continuidade de sua administração.

Estão em jogo um terço dos assentos do Senado e metade das vagas da Câmara de Deputados. Fernández não arrisca sua cadeira na votação, mas, sim, a possibilidade de governar com um maior apoio parlamentar. Pesquisas indicam que os eleitores podem eliminar a maioria de décadas dos peronistas no Senado.

O ocupante da Casa Rosada sofreu um revés nas primárias obrigatórias (Paso), há dois meses, quando a coalizão governista Frente de Todos (peronista de centro-esquerda) obteve 33% dos votos em nível nacional. A aliança de centro-direita Juntos, do ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), obteve 37%.

O governo, agora, busca evitar que um resultado adverso o impeça de obter a maioria na Câmara dos Deputados ou coloque em risco a que tem no Senado. Na primeira, o partido no

poder tem 120 das 257 cadeiras. E detém a maioria absoluta entre os senadores — 41 dos 72.

“Se os resultados da Paso se repetirem, o partido no poder pode perder a maioria que tem no Senado e não só não alcançaria a maioria dos deputados, mas também perderia cadeiras”, diz Rosendo Fraga, diretor do Centro de Estudos Nova Maioria.

Desdobramentos

O analista político Gabriel Puricelli considera que “a composição do Congresso determinará as condições de governança” até 2023, quando termina o mandato de Fernández. Mas também opina que o resultado será “um teste de viabilidade das duas principais coalizões como veículo para as próximas eleições presidenciais”, referindo-se à Frente de Todos e Juntos.

Puricelli destaca que outro fator a ser levado em conta envolve quanto poder a oposição terá no Congresso. “Se conseguir o poder de bloqueio, é mais provável que o use”, alerta o analista político.

Para o cientista político Carlos Fara, uma derrota do governo “travará o kirchnerismo nas duas Câmaras e pode dificultar questões institucionais no Senado, como a nomeação de juízes”.

AFP



Outdoor de campanha da Frente Para Todos com as imagens de Alberto Fernández e da candidata Victoria Tolosa Paz vandalizadas, em Buenos Aires: cenário desfavorável

As primárias de setembro abriram uma crise na coalizão governista. Após críticas da vice-presidente Cristina Kirchner, Fernández renovou parte de seu gabinete. Mas mesmo que ganhe na estratégica província de Buenos Aires — a mais populosa com quase 40% do eleitorado — não será suficiente para reparar o estrago

político, ressaltaram os analistas.

Na avaliação de Rosendo Fraga, o problema político central será, “seja qual for o resultado”, a divisão do partido no poder entre o presidente e a vice-presidente. “Essa disputa vai continuar e pode até piorar. Será um problema de governança”, observa.

Acadêmico da Universidade

Austral, o cientista político Mario Riorda assinala que a Frente de Todos caiu 19 pontos em todo o país desde as eleições presidenciais de 2019 e “não tem mais núcleos imbatíveis”, enquanto a oposição praticamente não mudou.

A Argentina vai votar abalada por uma inflação de 40% até agora este ano, uma das mais altas

do mundo. O governo lançou um congelamento de preços por três meses para 1,5 mil itens da cesta básica, além de auxílio social para enfrentar a pobreza, que atinge 40% dos 45 milhões de habitantes.

Em meio a essa situação, o país busca um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que substitua o stand-by por US\$ 44 bilhões em 2018 e cujos vencimentos de capital de mais de US\$ 19 bilhões começam no próximo ano.

Diante desse cenário, Alberto Fernández fez um apelo aos argentinos, na quinta-feira, no encerramento da campanha. “No domingo, peço a vocês que me ajudem a construir o sonho de viver na Argentina que queremos”, pediu o presidente, que teve Cristina Kirchner a seu lado. “O principal é estarmos unidos”, declarou o ocupante da Casa Rosada, cuja imagem foi muito arranhada pela gestão da pandemia da covid-19.

COVID-19

Com aumento de casos, Holanda volta à quarentena

O avanço da covid-19 na Holanda, com um aumento de 42% dos diagnósticos em sete dias, levou o governo a determinar a retomada de restrições no país. A partir de hoje e durante as próximas três semanas, restaurantes, bares e supermercados devem fechar às 20h. O comércio não essencial funcionará apenas até as 18h. É o

primeiro país da Europa Ocidental a impor uma quarentena parcial após o verão no continente.

As medidas foram divulgadas pelo primeiro-ministro Mark Rutte, que estuda a possibilidade de pedir ao Parlamento a aprovação de uma espécie de passaporte sanitário, impedindo a entrada de pessoas não-vacinadas

em estabelecimentos públicos. No anúncio de ontem, Rutte estabeleceu que os holandeses poderão receber, nesse período crítico, no máximo quatro pessoas em suas casas. Além disso, fica vetada a presença de público nos eventos esportivos, embora escolas, teatros e cinemas permaneçam abertos.

Em ritmo acelerado na Europa, a covid-19 também está em expansão na região da América Latina e Caribe, segundo os últimos levantamentos. A situação continua melhorando no Oriente Médio (-12%), Ásia (-7%) e Oceania (-6%), de acordo com balanço da agência de notícias France-Presse (AFP). De acordo com o levantamento,

foram registradas 472,8 mil contaminações diárias pelo novo coronavírus em todo o mundo na última semana. Globalmente, houve 7.160 todos os dias, um número que representa alta de 2%. A Rússia registra o maior número de óbitos, 1.205 por dia, à frente dos Estados Unidos (1.160) e da Ucrânia (673).

AFP



O premiê Mark Rutte: medidas válidas por três semanas

Conexão diplomática



por Silvío Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Novo "timoneiro" dá o tom no clima

O transcurso e os resultados (parcos) da COP26, na Escócia, deixam ao menos uma certeza, entre as muitas incógnitas que permanecem no desafio crucial — e global — de enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Um pouco à moda do que ocorria em questões desse alcance durante a Guerra Fria, qualquer progresso efetivo na agenda ambiental passa hoje pelo entendimento entre as duas potências dominantes (e rivais) na ordem mundial.

Se os EUA, com Joe Biden, retornam com peso ao Acordo de Paris, a novidade no cenário é a entrada da China como protagonista incontornável — inclusive por ocupar a posição de um dos principais emissores de gases do efeito estufa. E os movimentos internos do regime, em Pequim, indicam que

parceiros, rivais e adversários terão de levar em conta o novo status do presidente Xi Jinping.

Na antessala do próximo Congresso do Partido Comunista, previsto para 2022, Xi inscreveu nesta semana seu nome no panteão da China Popular. O Comitê Central, em tese a instância máxima do PC no intervalo entre os Congressos, aprovou uma resolução de sentido histórico que sintetiza o balanço centenário da legenda e traça rumos estratégicos para o século 21. Com ela, o presidente se equipara a Mao Tsé-tung, o Grande Timoneiro, líder da revolução vitoriosa em 1949.

Superpotência

Nas sete décadas do regime comunista, só tinha atingido esse

patamar, antes de Xi, o sucessor de Mao, Deng Xiaoping, “pai” das reformas econômicas que lançaram as bases para o crescimento irresistível do país nas últimas décadas, incorporando elementos do capitalismo e atraindo investimentos externos em massa. O modelo, objeto de análise e de polêmica entre os estudiosos, é descrito por alguns deles como “socialismo de mercado”.

Romper com o igualitarismo do período maoísta, com a crítica direta dos “erros históricos” do Timoneiro, foi o centro de gravidade da obra de Deng. Em 1978, recém-reabilitado após dois anos de turbulência que se seguiram à morte de Mao, o novo líder anunciou o plano das “Quatro Modernizações”: agricultura, indústria, defesa e ciência/tecnologia.

O PC da China celebrou neste ano o centenário dando por cumprida a meta de chegar a 2021 como uma nação “modestamente próspera”. Xi Jinping assume o leme, como novo timoneiro com um objetivo mais ousado: conduzir o país, até meados do século, à condição de superpotência, equiparada aos EUA no tabuleiro geopolítico. E, para cumprir a missão, acrescenta às modernizações de Deng uma quinta: a transição para a economia pós-carbono.

É coisa nossa

Os passos iniciais da mudança de matriz energética na China já fazem sentir seus efeitos na economia mundial. O Brasil, que tem na potência ascendente seu principal parceiro comercial, sofre o

impacto de um efeito colateral específico: a alta nas tarifas de eletricidade provocou queda na produção da indústria chinesa de fertilizantes e agrotóxicos.

É lá que o agronegócio brasileiro se abastece desses insumos para garantir as safras recordes de grãos e outras commodities que seguram a balança comercial pelo nosso lado — graças, em boa parte, à exportação para a China. Além de tech e pop, o agro é dependente dos importadores: a crise energética deles é coisa nossa.

Bric-esconde

Pela ótica da diplomacia brasileira, as ondas de choque irradiadas pela China ressaltam a posição central ocupada, no planejamento estratégico da política externa, pelas relações não apenas bilaterais, mas especialmente no âmbito do Brics. Não por acaso, o presidente Jair Bolsonaro deu destaque à nova potência na última cúpula do

bloco emergente, celebrada em setembro, em modo remoto.

Os acenos de Bolsonaro a Xi marcaram uma pronunciada mudança de tom. Ainda no início do ano, em meio à segunda onda da covid e à corrida pelas vacinas, o Brasil enfrentou dificuldades no fornecimento de insumos farmacêuticos justamente de dois parceiros do Brics — China e Índia. E foi sob a batuta de Katia Abreu (PP-TO), porta-voz do agro, que o Senado fritou ao vivo o então chanceler, Ernesto Araújo. Olavista e pró-americano, o ministro se tornara um embaço nas relações com Pequim.

Na avaliação de um observador atento, familiarizado há longo tempo com os meandros da conexão Planalto-Itamaraty, a fala do presidente na cúpula do bloco emergente tem de se desdobrar em ações que reaproximem o país dos parceiros. “O Brasil tem que parar de brincar de Bric-esconde”, provoca o diplomata.